

2014-2015

Indicadores de Violência Doméstica

Dados do Registro de Ocorrências do Centro Integrado
da Mulher – CIM e outras fontes



Adaptação de "As Margaridas de Mário" – Anita Mafalti

Darcilene Claudio Gomes
Sarah Tavares Corrêa Cunha
Jorgetânia da Silva Ferreira

Universidade Federal de Uberlândia - UFU
Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis – PROEX
Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade (PEIC) 2015
Instituto de História - INHIS
Centro de Pesquisas Econômico-Sociais – CEPES

Prefeitura Municipal de Uberlândia – PMU
Secretaria Municipal de Governo – SMG
Superintendência da Mulher – SM
Centro Integrado da Mulher – CIM

Apoio:
Fundação Joaquim Nabuco - Fundaj

Equipe:

Darcilene Claudio Gomes - Pesquisadora da Fundaj
Sarah Tavares Corrêa Cunha – Economista do Cepes da UFU
Jorgetânia da Silva Ferreira – Docente do Instituto de História da UFU
Roberta Silva Alcântara – Acadêmica do curso de Ciências Econômicas da UFU
Maria Carolina do Amaral Couto – Acadêmica do curso de Ciências Econômicas da UFU
Samantha Afonso – Acadêmica do curso de Letras da UFU
Ana Caroline Freitas Arantes – Acadêmica do curso de Ciências Econômicas da UFU
Marli Anastácio de Freitas - Superintendente da Mulher
Ranier Botta Guimarães - Coordenadora do Centro Integrado da Mulher

GOMES, D. C.; CUNHA, S.; FERREIRA, J. Indicadores de violência doméstica: dados do registro de ocorrências do Centro Integrado da Mulher - CIM e outras fontes. Uberlândia, UFU/PROEX, 2016.

48 p.

ISBN: XXXXX

Sumário

Lista de Tabelas	4
Lista de Gráficos	4
Apresentação	6
1. Introdução	7
2. Mulheres na Estrutura Demográfica de Uberlândia	11
3. Indicadores de Violência Doméstica em Uberlândia: dados do CIM	17
3.1. Metodologia	17
3.2. Características socioeconômicas das mulheres em situação de violência	18
3.3. Características socioeconômicas dos autores de violência.....	25
3.4. Indicadores de violência.....	30
4. Indicadores de Violência Doméstica em Uberlândia: dados dos homicídios.....	37
4.1. Homicídios de mulheres.....	37
Referências Bibliográficas	40
Anexo 1.....	42
Anexo 2.....	46
Anexo 3.....	47

Lista de Tabelas

Tabela 1 - População residente e taxa de crescimento da população de Uberlândia, segundo o sexo em 1991, 2000 e 2010.....	11
Tabela 2 - Mulheres de 15 e 25 anos ou mais de idade, por escolaridade - Uberlândia – 2010..	14
Tabela 3 – Pessoas em situação de violência atendidas no CIM por sexo, Uberlândia, 2014-2015* (%).....	18
Tabela 4 – Pessoas em situação de violência por escolaridade, Uberlândia, 2014-2015* (%)...	20
Tabela 5 – Pessoas em situação de violência atendidas no CIM por ocupação informada, Uberlândia, 2014-2015* (%).....	22
Tabela 6 – Autores de violência denunciados no CIM por sexo, Uberlândia, 2014-2015* (%)..	25
Tabela 7 – Autores de violência denunciados no CIM por escolaridade, Uberlândia, 2014-2015 (%).....	27
Tabela 8 – Autores de violência denunciados no CIM por ocupação, Uberlândia, 2014-2015* (%).....	28
Tabela 9 – Número de homicídios de mulheres, municípios selecionados, e número médio de homicídios nos municípios com população entre 500 mil e 600 mil habitantes, 2009-2013.....	38

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - População residente de Uberlândia, segundo a cor/raça e o sexo – 2010 (%).....	12
Gráfico 2 - População feminina de Uberlândia, segundo a cor ou raça – 2010 (%)	12
Gráfico 3 - População feminina de Uberlândia, segundo a idade – 2010 (%)	13
Gráfico 4 – Mulheres de 25 anos ou mais de idade, por escolaridade – Uberlândia e Brasil (%)	14
Gráfico 5 - Mulheres de 10 anos ou mais de idade, segundo a cor ou raça e as classes de rendimento nominal mensal - Uberlândia/MG – 2010 (%).....	15
Gráfico 6 – Pessoas em situação de violência atendidas no CIM por faixa etária, Uberlândia, 2014-2015* (%)	19
Gráfico 7 – Pessoas em situação de violência por raça/cor declarada, Uberlândia, 2014-2015* (%).....	19
Gráfico 8 – Pessoas em situação de violência por estado civil, Uberlândia, 2014-2015* (%) ...	21
Gráfico 9 – Autores de violência denunciados no CIM por faixa etária, Uberlândia, 2014-2015* (%).....	25
Gráfico 10 – Autores de violência por raça/cor, Uberlândia, 2014-2015* (%).....	26
Gráfico 11 – Autores de violência por estado civil, Uberlândia, 2014-2015*	27
Gráfico 12 – Autores de violência por consumo de substâncias psicoativas, Uberlândia, 2014-2015 (%).....	30
Gráfico 13 – Tipos/formas de violência registrados no CIM, Uberlândia, 2014-2015 (%).....	31
Gráfico 14 – Local em que ocorreu a violência, Uberlândia, 2014-15 (%)	33
Gráfico 15 – Relação de parentesco da vítima com o autor da violência, Uberlândia, 2014-2015 (%).....	34

Gráfico 16 – Encaminhamentos dos atendimentos realizados no CIM, Uberlândia, 2014-2015 (%).....	35
Gráfico 17 – Número de homicídios de mulheres, Uberlândia, Juiz de Fora e Contagem, 2009-2013*.....	37
Gráfico 18 – Taxa de homicídio de mulheres, Uberlândia, Minas Gerais e Brasil, 2009-2013 (%).....	39

Apresentação

O relatório “Indicadores de Violência Doméstica: dados dos registros de ocorrências do Centro Integrado da Mulher - CIM e outra fontes” nasceu de uma parceria entre servidoras da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e do CIM, da Prefeitura Municipal de Uberlândia. Durante os primeiros dez meses de sua realização, contou com financiamento oriundo do Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade (PEIC), vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PROEX), o qual permitiu a contratação de duas estagiárias e a aquisição de material de consumo. Trata-se de uma primeira iniciativa em organizar os registros de atendimento do CIM em Uberlândia. É provável que os dados aqui apresentados contenham apenas parte da história sobre a violência de gênero em nosso município, pois além de existirem outras instituições que prestam atendimento às mulheres em situação de violência¹, há também a violência silenciosa que não ultrapassa os muros de muitas residências. Todavia, acreditamos que uma parcela significativa da violência que se decide expor a reivindicação de autoria e clamar punição estão registradas nos formulários de anamneses do CIM e agora chegam ao conhecimento da sociedade uberlandense.

¹ Merece destaque o trabalho realizado pela organização não governamental SOS Mulher Família, a qual atua desde 1997 em Uberlândia e promove ações em prol da paz conjugal e familiar.

1. Introdução

A violência de gênero no Brasil é um problema grave, de difícil resolução, por estar incorporado no imaginário social, atingindo todas as classes sociais, faixas etárias e escolaridade. Diversos estudos apontam que a cada 15 segundos uma mulher é agredida no Brasil. A Lei nº 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha, foi criada em 2006 com o propósito de abranger legalmente casos de violência doméstica de gênero e assim dar maior suporte às mulheres. Segundo o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM (SPM/PR, 2013), a lei tem como objetivo a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar de forma articulada e conforme os princípios previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras, e emergencialmente quando for o caso.

Além disso, estabelece a criação de serviços especializados no atendimento desses casos de violência, como centros de referência de atendimento à mulher; serviços de abrigo; núcleos de defensoria pública; serviços de saúde; por centros especializados de perícia médico-legal; e centros de responsabilização e educação dos agressores. Também determina a implementação de juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Outro ponto importante, segundo essa Lei, é a menção à necessidade de se produzir estudos, pesquisas e estatísticas para auxiliar tanto a maior compreensão sobre o tema, bem como possibilitar o acompanhamento das medidas e políticas adotadas.

Todavia, apesar do avanço na norma jurídica em relação às mulheres que a Lei Maria da Penha protagonizou, ainda assim, em 2009 foram contabilizados 4,4 assassinatos a cada 100 mil mulheres, número que colocava o Brasil no 7º lugar no ranking de países nesse tipo de crime (WAISELFISZ, 2012).

É preciso mencionar também, que a Lei Maria da Penha possui algumas limitações². Segundo o Diagnóstico Regional da Reunião Especializada da Mulher do Mercosul de 2011 (REM, 2011), um grande problema seria o âmbito de proteção aos casos de violência contra a mulher ser apenas no plano doméstico e familiar, não se adequando às recomendações da Convenção de Belém do Pará³, que abrange outros casos de violência, como a violência sexual, o tráfico de mulheres, a tortura e a violência que é praticada por parceiros íntimos que não compartilham do mesmo espaço doméstico, nem possuem uma relação de vínculo formal. Além disso, a lei protege todos os membros das famílias, independente do sexo, desviando o foco da especificidade do assunto.

Outro entrave seria a falta de um sistema nacional de coleta de dados sobre esse tipo de violência no Brasil. Para a elaboração e implantação de políticas públicas voltadas ao atendimento às mulheres em situação de violência é necessário que existam dados e informações nacionais, organizados e coletados regularmente, capazes de informar as dimensões deste tipo de violência, tanto em sua magnitude, quanto em suas formas de expressão. Além do apoio dos governos estaduais e municipais para disseminação dessas políticas, o que é muito importante.

A utilização de dados e a confecção de indicadores auxiliam na compreensão dos fenômenos sociais, permitindo aferir suas múltiplas manifestações, dando suporte à construção de políticas públicas com maior grau de efetividade. Mesmo considerando o amplo conjunto de estatísticas produzidas no Brasil, algumas áreas avançaram apenas recentemente na organização de um sistema de informações confiável, como é o dos indicadores de violência e gênero. Merece destaque a criação do Sistema VIVA contínuo, no âmbito do Sistema Único de Saúde, que consolida uma série de informações sobre a violência doméstica atendida no SUS e cuja notificação é compulsória no país. Outro exemplo é o da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, que é alimentada por contatos telefônicos de vítimas de violência e outros. Cada telefonema gera um registro de ocorrência (dúvidas, reclamações, denúncias, etc.) e seu encaminhamento. Este serviço foi criado em 2005, é operacionalizado pela Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República e atualmente consiste na única

² Afora a necessidade de mudanças no comportamento social e nas práticas institucionais devido à cultura de discriminação contra a mulher que existe há muito tempo em nossa sociedade.

³ “Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher”, realizada em 09 de junho de 1994 em Belém, capital do estado do Pará.

fonte de dados de abrangência nacional sobre a violência, em seus múltiplos aspectos, contra a mulher.

Ademais, as polícias civis de algumas Unidades Federativas possuem registros informatizados das ocorrências nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs). Entretanto, esse serviço de atendimento cobre apenas 8% dos municípios brasileiros e, nem sempre, as informações que são produzidas chegam ao conhecimento dos(as) pesquisadores(as) e do público em geral (IBGE, 2015). Se no Brasil ainda não foi consolidado um sistema de informações sobre a violência baseada em gênero, isso se deve, em parte, à infraestrutura da rede de atendimento existente, a qual foi constituída há pouco tempo e, em grande medida, atendendo apenas casos enquadrados na Lei Maria da Penha. Em que pese o comprometimento dos profissionais que atuam nos diversos serviços, faltam, especialmente, recursos para realizar um atendimento mais eficiente e efetivo. A grande maioria dos municípios brasileiros não destinam, em seus orçamentos, recursos específicos para o financiamento de políticas para as mulheres – apenas 4,1% o fazem (IBGE, 2013). Muitas unidades, a título de exemplo, funcionam em locais adaptados, trabalham com déficit de pessoal, os equipamentos são insuficientes (mobiliário, computadores, viaturas, armamentos), não possuem normatizações e protocolos padronizados de atendimento, entre outros problemas (OBSERVE, 2010).

Em Uberlândia, a implantação de políticas específicas para as mulheres é também recente, sendo marcada por descontinuidades. A Superintendência da Mulher, que faz a coordenação das políticas de gênero em âmbito municipal, foi criada em 2013. O Centro Integrado da Mulher (CIM), criado em 2012, acolhe mulheres em situação de violência doméstica, oferece apoio psicossocial, auxílio jurídico (possui um núcleo da Defensoria Pública) e possui uma DEAM que funciona em suas dependências. A Casa Abrigo, para a qual são encaminhadas mulheres que sofrem ameaça de vida, foi reaberta em 2013. No município, ainda não existe um sistema de informação que permita a construção de indicadores de violência contra a mulher. Os mecanismos de registro atualmente disponíveis são muito precários, marcados pela dispersão e desorganização. Em uma área que trabalha com alto índice de subnotificação, a organização de informações das mulheres que se dirigem aos equipamentos públicos de atendimento, permitiria traçar um quadro aproximado da ocorrência de violência doméstica baseada em gênero.

A partir desta preocupação que surgiu a proposta de organização dos registros de atendimento do CIM e também de montagem de um banco de dados que permitisse a confecção de indicadores. Sugerida inicialmente por profissionais que lidam com o dia a dia da violência baseada em gênero, e imediatamente acolhida voluntariamente por docentes e pesquisadoras da Universidade Federal de Uberlândia, o objetivo deste relatório é o de apresentar informações recentes sobre a violência contra a mulher no município de Uberlândia. Trata-se, provavelmente, de uma iniciativa pouco vista no País. Aproveitou-se para também organizar informações sobre as mulheres oriundas de outras bases de dados, como os Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o registro de homicídios do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde. O projeto prevê, ainda, a reformulação do formulário de atendimento, confecção de manual de preenchimento e treinamento técnico das servidoras do CIM.

O relatório está dividido em três itens, além desta introdução. No primeiro são analisadas as condições gerais da realidade sócio-demográfica das mulheres em Uberlândia (idade, raça/cor, escolaridade, rendimento). O segundo item traz indicadores elaborados com o uso do banco de dados do CIM, os dados analisados neste item contemplam o período que vai de junho de 2014 a setembro de 2015. Outros recortes temporais também foram feitos e constam no “Anexo 1”. O “Anexo 2” traz dados extraídos de outras fontes. Por fim, o terceiro item apresenta as informações sobre os homicídios de mulheres em Uberlândia.

2. Mulheres na Estrutura Demográfica de Uberlândia

Nesta seção serão apresentadas algumas características demográficas da população de Uberlândia, especialmente das mulheres. Todos os dados populacionais foram extraídos dos Censos Demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Tabela 1 apresenta a população uberlandense apurada nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, de acordo com o sexo. É possível perceber que nesses três períodos o número de mulheres é maior que o de homens, e que a taxa de crescimento da população feminina também é maior que a taxa masculina. Isso explica o aumento da participação relativa das mulheres na sociedade uberlandense, que passou de 50,8% em 1991 para 51% em 2000 e 51,2% em 2010 – participação semelhante à nacional. Em Uberlândia, para cada 100 mulheres há 95 homens.

Tabela 1 - População residente e taxa de crescimento da população de Uberlândia, segundo o sexo em 1991, 2000 e 2010

População residente	1991		2000		2010	
	N.º	Taxa (%)*	N.º	Taxa (%)*	N.º	Taxa (%)*
Homens	180.426	-	245.701	3,49	294.914	1,84
Mulheres	186.635	-	255.513	3,55	309.099	1,92
Total	367.061	-	501.214	3,52	604.013	1,88

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Obs.: (*) = Taxa Anual de Crescimento Médio Geométrico * 100.

O Gráfico 1 mostra os percentuais de homens e mulheres dentro da população separados por cor ou raça. Considerando a população branca, a proporção das mulheres é maior que a dos homens (52,22% e 47,78%, respectivamente). Com relação à

população de pessoas pretas e pardas, os homens são maioria (51,01% dos pretos e 50,12% dos pardos). Nos demais segmentos as mulheres permanecem sendo a maioria.

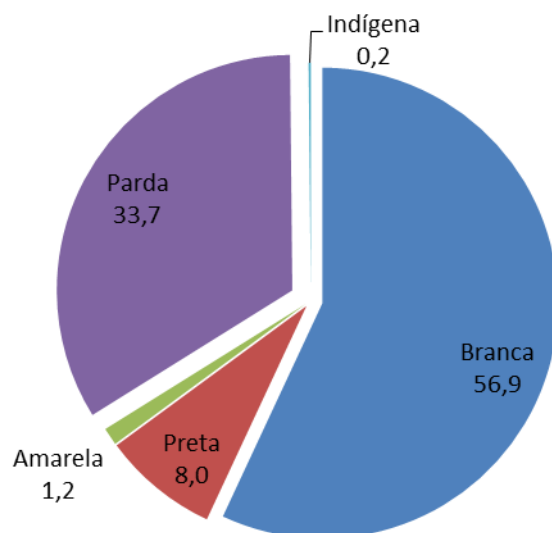
Gráfico 1 - População residente de Uberlândia, segundo a cor/raça e o sexo – 2010 (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

O Gráfico 2 mostra a população feminina distribuída de acordo com sua cor ou raça. Note que a grande maioria das mulheres uberlandenses (56,9%) se autodeclararam brancas, proporção superior à média nacional que é de 49% e semelhante à observada na região Sudeste. A segunda maior proporção é de pardas, que representam 33,7% da população feminina. Em percentuais menores estão as pretas (8%); amarelas (1,2%) e indígenas (0,2%). Apenas 0,01% das mulheres não declararam sua cor ou raça.

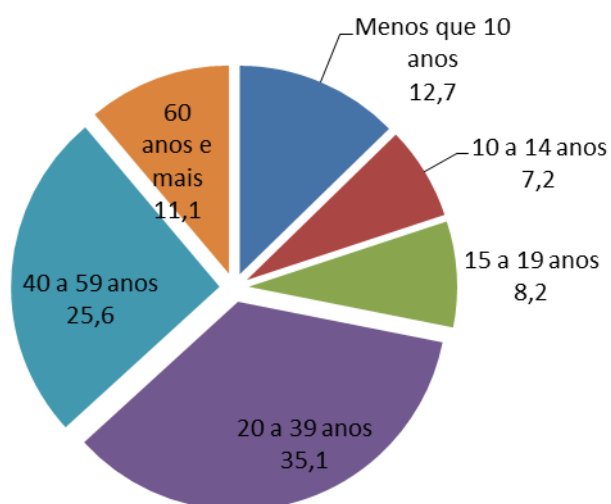
Gráfico 2 - População feminina de Uberlândia, segundo a cor ou raça – 2010 (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

No que se refere à idade, verifica-se que a população feminina uberlandense tem, em grande maioria (60,7%) de 20 a 59 anos (35,1% têm de 20 a 39 anos e 25,6% têm de 40 a 59 anos). Quanto ao restante, 12,7% tem menos de 10 anos; 11,1% têm 60 anos e mais; 8,2% têm de 15 a 19 e 7,2%, 10 a 14 anos. Trata-se de uma população relativamente jovem, considerando que 63,2% têm, no máximo, 39 anos (Gráfico 3).

Gráfico 3 - População feminina de Uberlândia, segundo a idade – 2010 (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

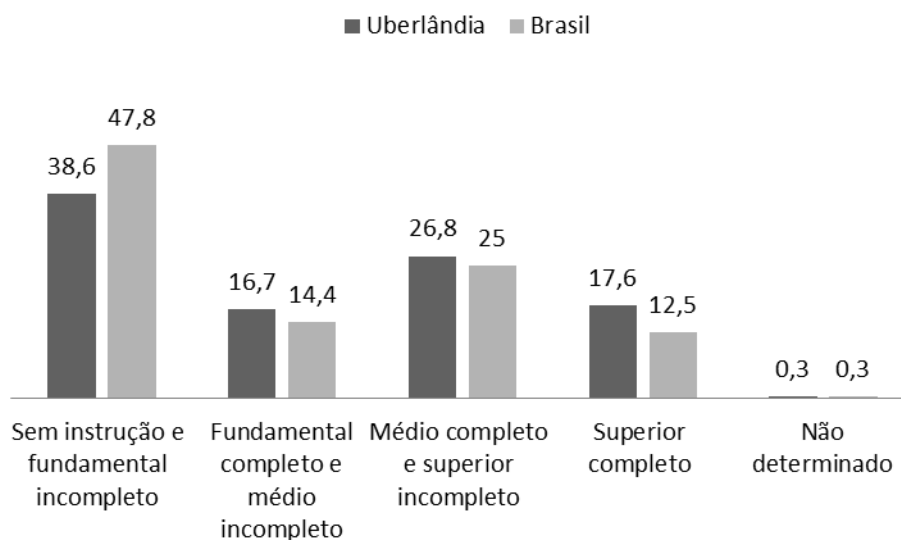
Outra característica importante que podemos analisar sobre a população feminina de Uberlândia é a escolarização. De um modo geral, quase toda a população feminina é alfabetizada, ou seja, 96% das mulheres uberlandenses com 15 anos ou mais de idade sabem ler e escrever. Duas em cada três (65,7%) mulheres têm pelo menos o ensino fundamental completo ou, no mínimo, oito anos de estudo (Tabela 2). Considerando as mulheres com 25 anos ou mais - com idade suficiente para concluir o nível superior de ensino –38,6% não haviam concluído o ensino fundamental, 16,7% concluíram o fundamental, 26,8% completaram o ensino médio e 17,6% concluíram o ensino superior. Sabe-se que o nível de instrução das mulheres é mais elevado do que dos homens, o que se repete em Uberlândia. E mais, a escolaridade das mulheres uberlandenses ultrapassa a média nacional feminina, conforme pode ser visto no Gráfico 4.

Tabela 2 - Mulheres de 15 e 25 anos ou mais de idade, por escolaridade - Uberlândia – 2010

Escolaridade	15 anos ou mais		25 anos ou mais	
	Freq.	%	Freq.	%
Sem instrução e fundamental incompleto	83.309	33,7	74.564	38,6
Fundamental completo e médio incompleto	50.569	20,4	32.329	16,7
Médio completo e superior incompleto	74.301	30	51.880	26,8
Superior completo	37.782	15,3	34.031	17,6
Não determinado	1.469	0,6	583	0,3
Total	247.430	100,0	193.387	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Gráfico 4 – Mulheres de 25 anos ou mais de idade, por escolaridade – Uberlândia e Brasil (%)



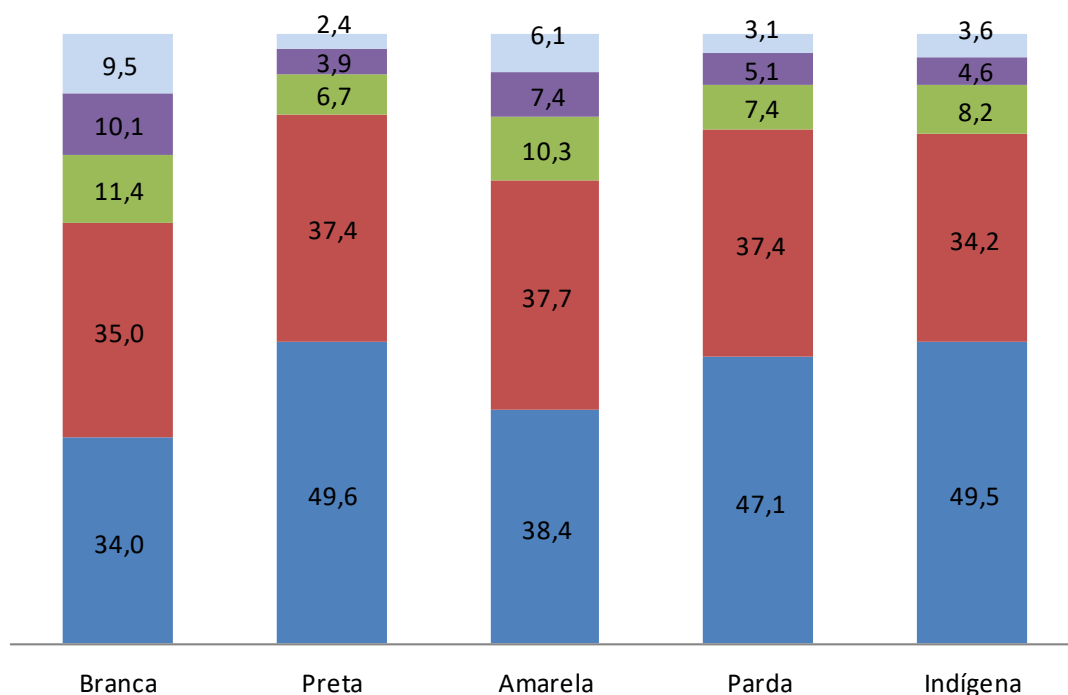
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Com relação à renda, o Gráfico 5 mostra a participação das mulheres dentro das faixas de renda nominal mensal, por cor ou raça. Podemos perceber um aumento da participação das mulheres brancas na medida em que aumenta a faixa de rendimento, ao passo que o percentual de mulheres pretas e pardas diminui nessa mesma direção.

Considerando as mulheres de 10 anos ou mais de idade que se autodeclararam brancas, 34% tem rendimento nominal mensal de até um salário mínimo, 35% entre um e dois salários mínimos, 11,4% entre dois e três salários mínimos, 10,1% entre três e cinco salários mínimos e 9,5% percebem mais do que cinco salários mínimos mensais. 49,95% são brancas; 37,57% são pardas; 10,99%, pretas; 1,27%, amarelas e 0,21% são indígenas. Já na classe mais de 5 a 10 salários mínimos; 80,32% das mulheres são brancas; 15,14% são pardas; 3,36%, pretas; 1,12%, amarelas e 0,07% são indígenas. Dentre aquelas com rendimento maior que 20 salários mínimos, 85,63% são brancas; 11,94%, pardas; 1,12%, pretas; 1,12%, amarelas e 0,19% são indígenas (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Mulheres de 10 anos ou mais de idade, segundo a cor ou raça e as classes de rendimento nominal mensal em salários mínimos - Uberlândia/MG – 2010 (%)

■ Até 1 SM ■ Mais de 1 a 2 SM ■ Mais de 2 a 3 SM ■ Mais de 3 a 5 SM ■ Mais de 5 SM



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

(*) Foram consideradas as mulheres com rendimento positivo.

Resumindo, podemos dizer que a população feminina de Uberlândia cresce relativamente mais que a masculina, o que implica dizer que a proporção de mulheres vem crescendo no município. Além disso, essa população é predominantemente jovem e branca, com elevado nível de escolarização. A análise da renda nominal mensal mostrou maior concentração de mulheres brancas auferindo rendas maiores enquanto as pretas e pardas concentram-se nas faixas de renda menores.

3. Indicadores de Violência Doméstica em Uberlândia: dados do CIM

3.1. Metodologia

Para produzir as informações apresentadas neste item, a equipe da pesquisa confeccionou um banco de dados que foi alimentado com os casos atendidos no CIM. O banco foi construído a partir da digitação das fichas de anamneses, que consistem em formulários preenchidos por servidores(as) desde o primeiro atendimento realizado às pessoas em situação de violência.

Durante o trabalho de digitação foram encontradas várias dificuldades, entre as quais, a mais importante foi a falta de padronização no preenchimento dos formulários. Os motivos são, provavelmente, o fato de os(as) servidores(as) responsáveis pelo preenchimento não passarem por treinamentos específicos e também a ausência de um manual de preenchimento, ou algo similar, que auxilie na definição e padronização das perguntas e respostas. Outra dificuldade que merece ser registrada é a existência de muitos campos em branco nos formulários.

Os trabalhos de digitação foram realizados de março a outubro de 2015 e nos meses de novembro e dezembro o banco de dados foi preparado. No total foram digitados 1.285 formulários preenchidos no CIM entre 02 de junho de 2014 e 04 de setembro de 2015, perfazendo, em média, 3,9 novos atendimentos realizados por dia. Produziram-se, assim, informações de aproximadamente 15 meses. Apenas oito formulários foram descartados na confecção da base final, porque estavam muito incompletos ou foram considerados inadequados para o registro do caso⁴. Dessa forma,

⁴ Algumas pessoas procuram o CIM buscando resolver problemas nos quais o órgão não tem competência legal para atender, como, por exemplo, os pedidos de internação compulsória de parentes acometidos de enfermidades psiquiátricas, solicitação de realização de abortamento, denúncia de maus tratos de incapazes.

a base possui 1.277 linhas, representando os formulários preenchidos no CIM, e 133 colunas, representando o número de variáveis. Após a montagem do banco de dados partiu-se para as tabulações e cruzamentos das variáveis principais.

3.2. Características socioeconômicas das mulheres em situação de violência

A maioria dos atendimentos efetuados no CIM é requisitado por pessoas do sexo feminino, os quais perfazem 99,5% dos acolhimentos realizados pelo órgão. Apenas quatro indivíduos do sexo masculino procuraram atendimento no período compreendido pelo estudo em tela (Tabela 3)⁵.

Tabela 3 – Pessoas em situação de violência atendidas no CIM por sexo, Uberlândia, 2014-2015* (%)

	Frequência	%
Feminino	1.271	99,5
Masculino	4	0,3
Sem informação	2	0,2
Total	1.277	100

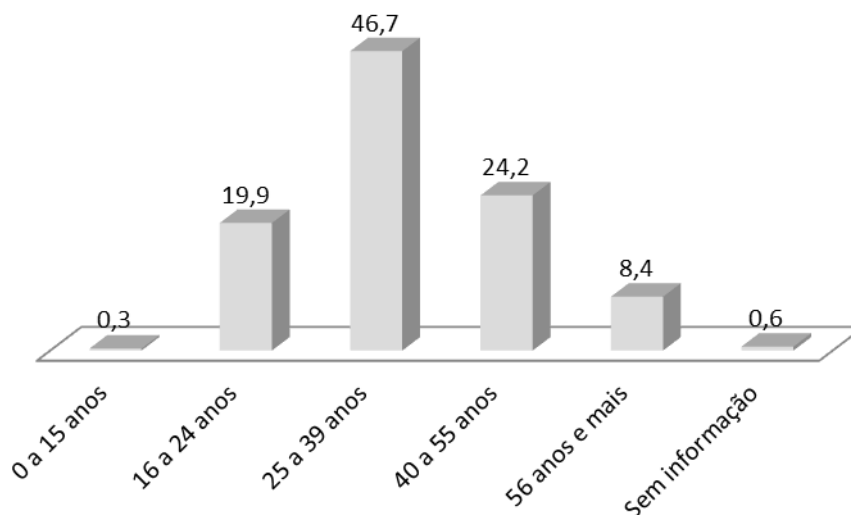
Fonte: Banco de dados do CIM.

(*) Dados de junho de 2014 a setembro de 2015.

A média de idade das mulheres que buscam atendimento no CIM é de 35,5, enquanto idade dos homens é bem superior: 62 anos, em média. O Gráfico 6 mostra a faixa etária das pessoas atendidas no CIM. A recepção de casos de violência envolvendo crianças e adolescentes é pequena, configurando apenas 0,3% dos casos registrados, o que em números absolutos equivale a quatro ocorrências. Certamente, esse número indica que esse atendimento é de responsabilidade de outros órgãos públicos e não que essa faixa etária esteja livre da violência. Os/as jovens de 16 a 24 anos correspondem a 19,9% dos atendimentos. A faixa etária de 25 a 39 anos é a mais frequente entre as/os que procuram o CIM, equivalendo a quase metade (46,7%) dos prontuários preenchidos. Pessoas acima de 40 anos representa cerca de um terço dos atendimentos (de 40 a 55 anos e acima de 56 anos).

⁵ Razão pela qual utilizaremos, na maior parte das vezes, o gênero feminino nos substantivos e adjetivos.

Gráfico 6 – Pessoas em situação de violência atendidas no CIM por faixa etária, Uberlândia, 2014-2015* (%)

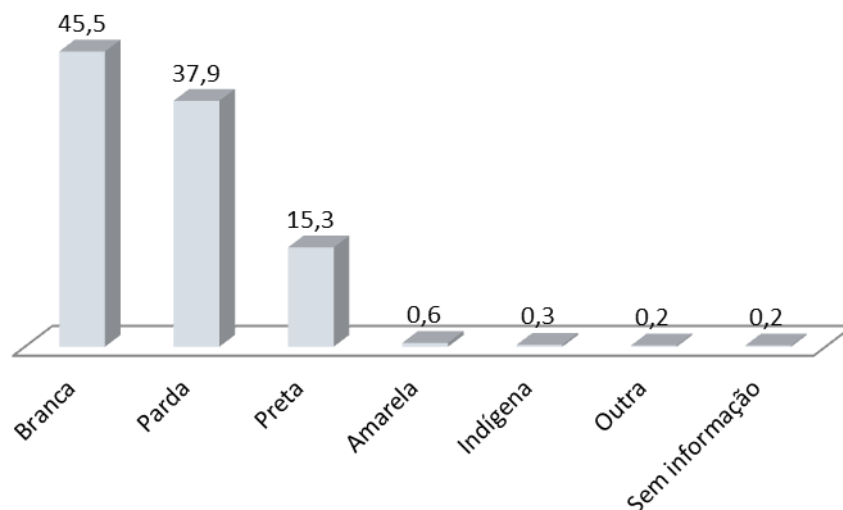


Fonte: Banco de dados do CIM.

(*) Dados de junho de 2014 a setembro de 2015.

No que diz respeito à raça/cor, as informações que constam nos prontuários do CIM mostram que 45,5% das pessoas atendidas se declararam brancas, 37,9% pardas, 15,3% negras e 1,1% declararam outras raças/cores (Gráfico 7). Percebe-se que o perfil de raça/cor das mulheres atendidas no CIM difere daquele observado para o conjunto da população feminina residente em Uberlândia, pois o percentual de pardas e pretas é expressivamente superior no primeiro caso: 53,2% contra 41,7% na população. Os formulários adotam a classificação utilizada nas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que toma como critério de diferenciação de raça/cor a pigmentação da pele e não o reconhecimento de pertencer a algum agrupamento étnico.

Gráfico 7 – Pessoas em situação de violência por raça/cor declarada, Uberlândia, 2014-2015* (%)



Fonte: Banco de dados do CIM.
 (*) Dados de junho de 2014 a setembro de 2015

Na Tabela 4 estão expostos os dados de escolaridade das pessoas em situação de violência atendidas no CIM. Observa-se que mais da metade, especificamente 65,6%, possui pelo menos o ensino médio (completo ou incompleto). As informações de escolaridade não diferem muito do conjunto da população feminina de Uberlândia, não se podendo afirmar que o grupo menos escolarizado representa o maior contingente de vítimas de violência⁶, como em geral as pesquisas sobre o tema indicam⁷. No caso de Uberlândia, pelo contrário, a escolaridade das mulheres que procuraram o CIM para denunciar situações de violência é até mesmo um pouco superior ao conjunto da população feminina do município, no qual 63,1% possui, no mínimo, o ensino médio incompleto.

Tabela 4 – Pessoas em situação de violência por escolaridade, Uberlândia, 2014-2015* (%)

	Frequência	%
Sem escolaridade	21	1,6
Ensino fundamental incompleto/completo	408	31,9
Ensino Médio incompleto/completo	548	42,9
Técnico/profissionalizante completo/incompleto	26	2,0

⁶ Conforme mencionado na metodologia, não foi possível construir outra classificação para a escolaridade das mulheres atendidas no CIM, pois as anotações nos formulários não são muito detalhadas, muitas vezes o registro apenas informa “ensino fundamental”, sem especificar se foi ou não concluído. Mas é possível reconstruir, através dos microdados do Censo Demográfico de 2010, classificação de escolaridade semelhante a utilizada na Tabela 4 (ver anexo 2).

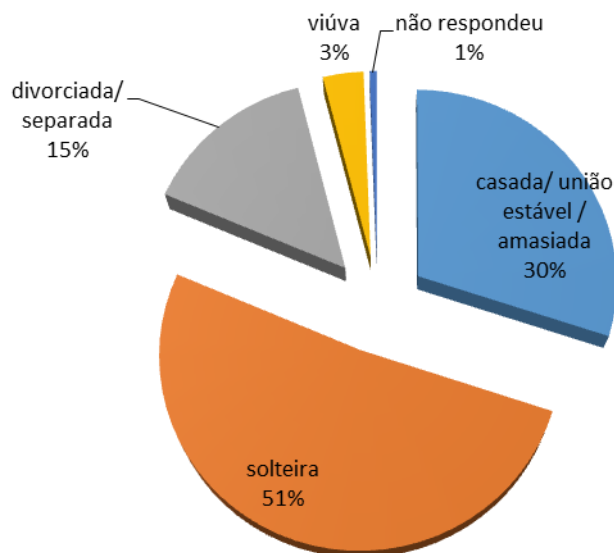
⁷ Ver, por exemplo, Galvão; Andrade (2004).

Ensino Superior completo/incompleto	249	19,5
Pós-Graduação completa/incompleta	15	1,2
Não identificado	1	0,1
Não informado	9	0,7
Total	1.277	100,0

Fonte: Banco de dados do CIM.
 (*) Dados de junho de 2014 a setembro de 2015

O Gráfico 8 mostra o estado civil das pessoas em situação de violência atendidas no CIM. Observa-se que 51% informou ser solteira, 30% indicou viver um relacionamento estável legalizado ou não, divorciadas/separadas perfaziam 15% do público atendido e viúvas representavam 3%. Cabe mencionar que foi a própria denunciante que indicou seu estado civil e a variável, portanto, capta o entendimento que ela faz sobre sua situação conjugal. Em muitos casos, notou-se uma interpretação “legalista” do quesito, e várias mulheres, mesmo vivendo em união estável, se declararam solteiras, reproduzindo o que seus documentos pessoais indicavam.

Gráfico 8 – Pessoas em situação de violência por estado civil, Uberlândia, 2014-2015* (%)



Fonte: Banco de dados do CIM.
 (*) Dados de junho de 2014 a setembro de 2015

Do total de pessoas atendidas no CIM quase dois terços, ou 69,1%, possuem uma ocupação, 29,8% dedicam-se aos estudos, ao lar ou são aposentadas, 1,1% não

informaram sua condição de atividade. Observa-se, de acordo com os dados da Tabela 5, que as ocupações informadas são variadas e exigem diferentes níveis de escolaridade para seu exercício, porém as mais frequentes estão associadas a postos considerados precários, os quais muitas vezes não contam com registro formalizado, os salários pagos são baixos e a sobrecarga de trabalho uma realidade cotidiana, como é o caso do trabalho doméstico (10%).

Tabela 5 – Pessoas em situação de violência atendidas no CIM por ocupação informada, Uberlândia, 2014-2015* (%)

Ocupação	Frequência	%
Açougueiro	2	0,2
Administradora	3	0,3
Advogada	2	0,2
Analistas tributários/ sistemas / crédito	8	0,9
Arquiteta	1	0,1
Assistente social	2	0,2
Atendente/ balconista/ caixa	90	10,2
Atleta profissional	1	0,1
Autônoma	13	1,5
Auxiliar administrativo	40	4,5
Auxiliar de cozinha	19	2,2
Auxiliar de produção	14	1,6
Auxiliar de serviços gerais	65	7,4
Bancária	5	0,6
Cabelereira	24	2,7
Camareira	6	0,7
Cobradora de ônibus	7	0,8
Copeira	5	0,6
Corretora de imóveis e ocupações correlatas	4	0,5
Costureira	14	1,6
Cozinheira/ salgadeira / doceira	18	2,0
Cuidadora de idosos	11	1,2
Dentista	4	0,5
Diretora de escola	1	0,1
Doméstica/ diarista/ babá	88	10,0
Empresária	18	2,0
Enfermeira / auxiliar de enfermagem	28	3,2
Engenheira	1	0,1
Estagiária	6	0,7
Gerente	8	0,9
Jornalista/ publicitária/ redatora	4	0,5
Manicure	21	2,4

Médica	2	0,2
Nutricionista	2	0,2
Operadora de máquinas / produção	22	2,5
Operadora de telemarketing	33	3,7
Outras ocupações auxiliares	25	2,8
Pedagoga	1	0,1
Professora	36	4,1
Psicóloga	3	0,3
Secretária	11	1,2
Servidora pública	11	1,2
Supervisora pedagógica	2	0,2
Vendedora / comerciante	84	9,5
Vigilante	4	0,5
Outras ocupações	113	12,8
Total	882	100,0

Fonte: Banco de dados do CIM.
 (*) Dados de junho de 2014 a setembro de 2015

Dentre as pessoas atendidas no CIM, 25,8% informaram receber benefícios sociais ou previdenciários. No caso dos benefícios de caráter social compensatório o mais frequentemente mencionado foi o Bolsa Família (39,4%). Os benefícios previdenciários citados foram: aposentadoria (17,6%), auxílio-doença (10,3%) e pensão (2,7%).

A Tabela 6 mostra o local de residência das denunciantes segundo os setores de estruturação urbana. Eram moradoras da zona Sul 25,45% das mulheres que compareceram ao CIM para prestar queixa; 24,9%, residiam na zona Oeste; 19,89% moravam na zona Leste; 14,1%, na Norte; e 10,81% no setor Central.

Além destes, foram constatados seis casos em que a denunciante residia nos demais distritos do município⁸; 11 casos de residência na Zona Rural; sete em que a denunciante não morava em Uberlândia; e 38 (2,98%) casos em que não foi possível identificar o bairro onde a vítima morava⁹.

⁸ Martinésia (um registro) e Tapuirama (cinco registros).

⁹ Ver tabela de frequências por bairro no Anexo 3.

Tabela 6 – Local de residência das vítimas, por setores - Uberlândia, 2014-2015* (%)

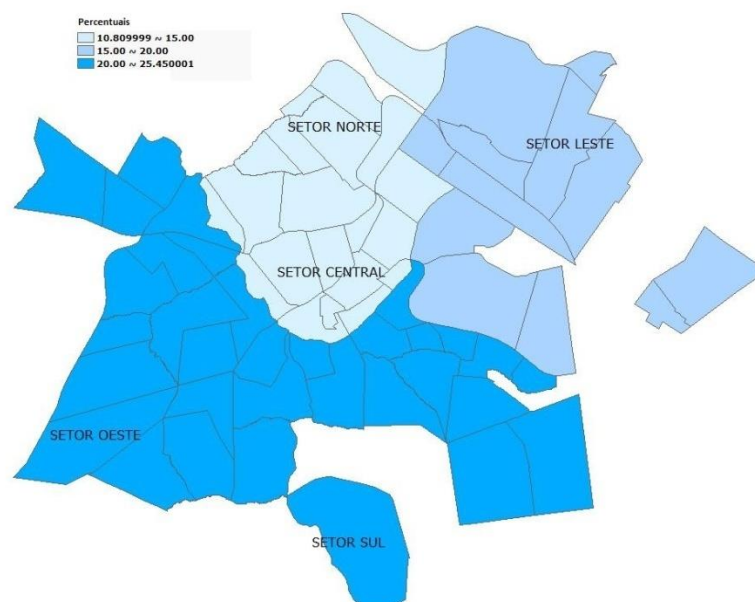
Setor	Frequência	%
Sul	325	25,45
Oeste	318	24,9
Leste	254	19,89
Norte	180	14,1
Central	138	10,81
Desconhecido	38	2,98
ZR	11	0,86
Outros distritos	6	0,47
Não mora em Uberlândia	7	0,55
Total	1.277	100

Fonte: Banco de dados do CIM.

(*) Dados de junho de 2014 a setembro de 2015

O Mapa 1 proporciona uma melhor visibilidade dos dados apresentados pela Tabela 6. Nos setores Central e Norte estão as residências de 10% a 15% das vítimas. O setor Leste representa de 15% a 20% das vítimas; e os setores Sul e Oeste representam mais de 20% delas.

Mapa 1 – Residência das vítimas, por setores - Uberlândia, 2014-2015* (%)



Fonte: Banco de dados do CIM.

(*) Dados de junho de 2014 a setembro de 2015

3.3. Características socioeconômicas dos autores de violência

Neste item foram tabuladas as informações prestadas pelas vítimas sobre seu agressor. Adverte-se que o percentual de variáveis sem informação pode ser elevado em alguns casos.

A quase totalidade (99,1%) dos relatos de violência indicava apenas uma pessoa como autor/a. Por esse motivo, os dados apresentados nesse item se referem ao primeiro denunciado. A Tabela 7 mostra que 95,2% dos denunciados são do sexo masculino, as mulheres contribuem com 2,7% das ocorrências e em 2% delas o sexo do autor da violência não foi informado.

Tabela 7 – Autores de violência denunciados no CIM por sexo, Uberlândia, 2014-2015* (%)

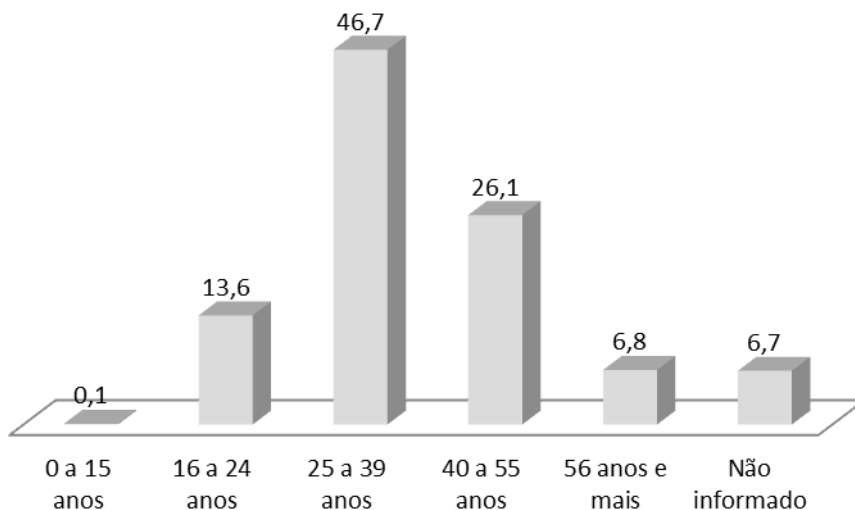
	Frequência	%
Feminino	35	2,7
Masculino	1216	95,2
Sem informação	26	2,0
Total	1.277	100

Fonte: Banco de dados do CIM.

(*) Dados de junho de 2014 a setembro de 2015.

A idade média do autor da violência é 36,4 anos, estando bem próxima da idade média das vítimas. Os homens denunciados possuem em média 36,5 anos e as mulheres 31,5. O Gráfico 9 mostra os indivíduos denunciados distribuídos por faixa etária. Nota-se que as faixas etárias “25 a 39 anos” e “40 a 55 anos” representam sete em cada dez ocorrências.

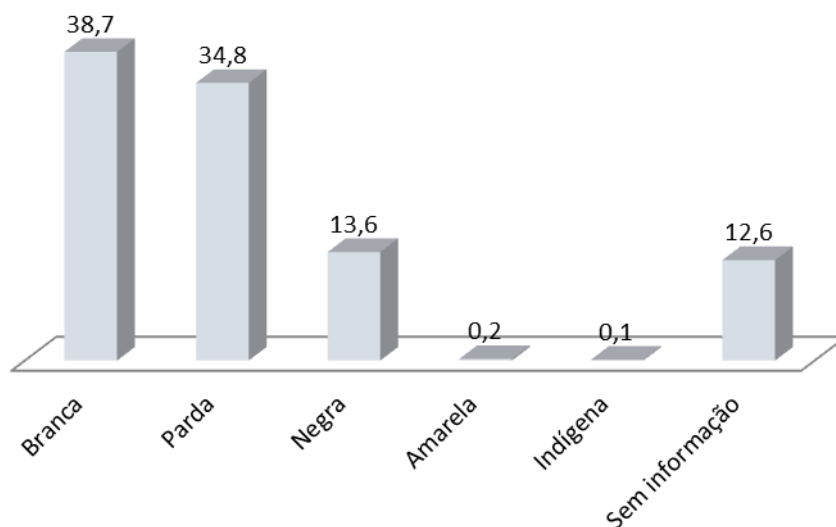
Gráfico 9 – Autores de violência denunciados no CIM por faixa etária, Uberlândia, 2014-2015* (%)



Fonte: Banco de dados do CIM.
 (*) Dados de junho de 2014 a setembro de 2015

Sobre a raça/cor dos indivíduos denunciados no CIM, 38,7% eram brancos, 34,8% pardos, negros/amarelos/indígenas representavam 13,9% e em 12,6% a variável não pôde ser identificada. Cabe mencionar que é recomendável que a raça/cor seja obtida por meio de autodeclaração e não por indicação de terceiros. Assim, sugere-se utilizar com ressalvas as informações expostas no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Autores de violência por raça/cor, Uberlândia, 2014-2015* (%)



Fonte: Banco de dados do CIM.
 (*) Dados de junho de 2014 a setembro de 2015

Entre os autores de violência, 34,3% possuíam o ensino fundamental completo ou incompleto e 31,1% estudaram até o ensino médio (completo ou incompleto). Com ensino superior, completo ou incompleto, registrou-se 10,4% e apenas 0,2% cursaram a pós-graduação (Tabela 8).

Tabela 8 – Autores de violência denunciados no CIM por escolaridade, Uberlândia, 2014-2015 (%)

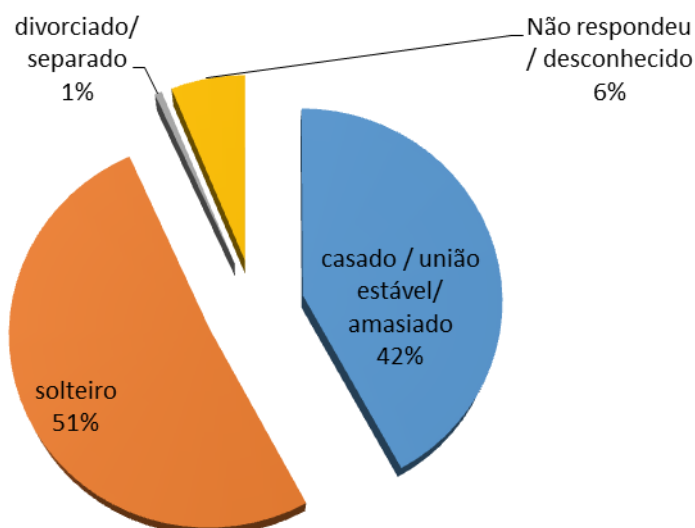
	Frequência	%
Sem escolaridade	28	2,2
Ensino fundamental incompleto/completo	438	34,3
Ensino Médio incompleto/completo	397	31,1
Técnico/profissionalizante completo/incompleto	8	0,6
Ensino Superior completo/incompleto	133	10,4
Pós-Graduação completa/incompleta	3	0,2
Não identificado	270	21,1
Não informado	28	2,2
Total	1.277	100,0

Fonte: Banco de dados do CIM.

(*) Dados de junho de 2014 a setembro de 2015.

Os formulários de atendimento do CIM mostram que os solteiros perfazem 51% dos denunciados, 42% são casados ou vivem em união estável, apenas 1% são divorciados ou separados (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Autores de violência por estado civil, Uberlândia, 2014-2015*



Fonte: Banco de dados do CIM.
 (*) Dados de junho de 2014 a setembro de 2015

Segundo informações prestadas pelas vítimas, 74,9% dos denunciados possui um trabalho (e a Tabela 8 mostra a frequência das ocupações); 18,9% não trabalham e para 6,2% não foi possível obter qualquer informação sobre a condição de atividade. Chama atenção o expressivo percentual daqueles que não trabalham, especialmente dos desempregados (12%). Entre os que trabalham destacam-se as ocupações manuais, embora o número de ocupações típicas de classe média não seja desprezível (como advogados, médicos, engenheiros).

Tabela 9 – Autores de violência denunciados no CIM por ocupação, Uberlândia, 2014-2015* (%)

	Frequência	%
Açougueiro	3	0,2
Administrador	3	0,2
Advogado	10	0,8
Agente penitenciário	5	0,4
Agrônomo	2	0,2
Agropecuária	6	0,5
Analistas tributários/ sistemas / crédito	3	0,2
Arquiteto	2	0,2
Atendente/ balconista/ caixa	13	1
Atleta profissional	1	0,1

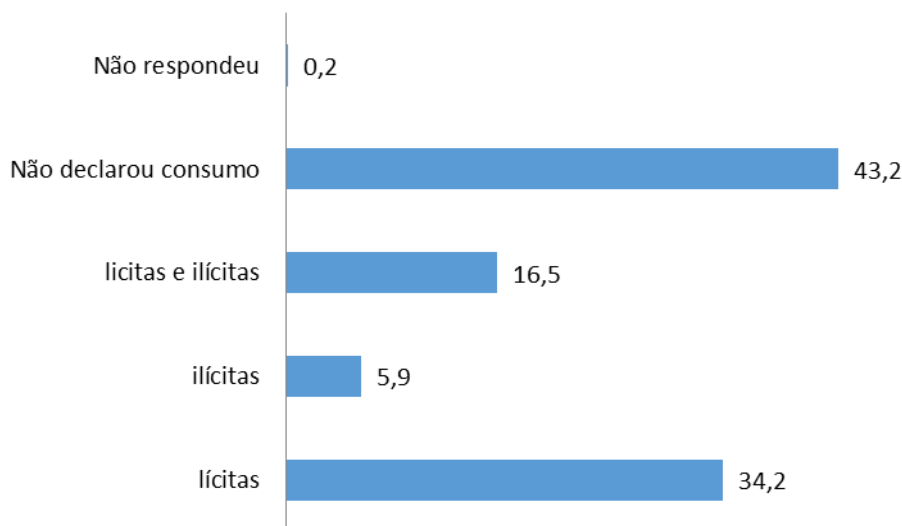
Autônomo	27	2,1
Auxiliar administrativo	5	0,4
Auxiliar de cozinha	1	0,1
Auxiliar de produção	9	0,7
Auxiliar de serviços gerais	27	2,1
Bancário	3	0,2
Borracheiro	7	0,5
Cabelereiro	7	0,5
Cantor / música / dançarino	5	0,4
Carpinteiro / marceneiro / serralheiro	27	2,1
Chapa / carregador	12	0,9
Cobrador de ônibus	2	0,2
Conferente	5	0,4
Corretor de imóveis e ocupações correlatas	4	0,3
Cozinheira/ salgadeira / doceira	4	0,3
Cuidadora de idosos	1	0,1
Doméstica/ diarista/ babá	2	0,2
Eletricista / técnico eletricidade	17	1,3
Empresário	33	2,6
Encanador	4	0,3
Enfermeiro / auxiliar de enfermagem	2	0,2
Engenheiro	2	0,2
Entregador	8	0,6
Estagiário	1	0,1
Estoquista	7	0,5
Feirante	2	0,2
Físico	1	0,1
Frentista	4	0,3
Garçom	11	0,9
Gerente	12	0,9
Gesseiro	4	0,3
Jardineiro	9	0,7
Jornalista/ publicitária/ redatora	3	0,2
Lavrador / trabalhador rural / peão	6	0,5
Mecânico em geral	31	2,4
Médico / médico veterinário	2	0,2
Mestre de obras	4	0,3
Motoboy	17	1,3
Motorista / caminhoneiro / taxista	92	7,2
Operador de máquinas / produção	11	0,9
Operadora de telemarketing	2	0,2
Padeiro	10	0,8
Pedreiro/ servente de pedreiro	123	9,6
Pintor em geral	38	3
Policia / militar	8	0,6
Porteiro	9	0,7

Professor	13	1
Repositor e garçom	1	0,1
Servidor público	8	0,6
Soldador	6	0,5
Vendedor / comerciante	74	5,8
Vigilante	22	1,7
Outras ocupações	164	12,8
Total	957	100

Fonte: Banco de dados do CIM.
 (*) Dados de junho de 2014 a setembro de 2015

Outra informação importante sobre o autor de violência diz respeito ao consumo de substâncias psicoativas como o álcool, tabaco e drogas ilícitas. Conforme comunicação feita pela denunciante, 56,6% dos agressores faziam uso destas substâncias, sendo: 34,2% de substâncias lícitas (álcool e tabaco); 5,9% de substâncias ilícitas (maconha, cocaína, crack) e 16,5% de substâncias lícitas e ilícitas (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Autores de violência por consumo de substâncias psicoativas, Uberlândia, 2014-2015 (%)



Fonte: Banco de dados do CIM.
 (*) Dados de junho de 2014 a setembro de 2015

3.4. Indicadores de violência

Ao longo deste item serão descritas algumas características e circunstâncias da violência contra a mulher no município de Uberlândia. As informações apresentadas foram retiradas dos formulários de atendimento (ou anamneses) preenchidos por servidoras públicas lotadas no CIM.

Os dados das anamneses mostram que a maioria das vítimas não apresenta apenas um tipo de queixa¹⁰ em relação ao tipo/forma¹¹ de violência sofrida. Em geral os relatos de violência são numerosos e envolvem casos que vão de ameaças e agressões até tentativas de homicídio. No Gráfico 13 observa-se que o tipo mais frequente de violência relatado é a psicológica, aparecendo em 79,3% das queixas. A violência moral¹² foi mencionada em 57,2% das denúncias, chamando atenção, entre esses, os relatos de exposição de denunciante em aplicativos de acesso à internet. A violência física¹³ foi relatada em 45,8% das denúncias, enquanto as violências patrimonial¹⁴ e sexual¹⁵ foram narradas em 25,8% e 5,8%, respectivamente, dos formulários consultados.

Gráfico 13 – Tipos/formas de violência registrados no CIM, Uberlândia, 2014-2015 (%)

¹⁰ Ver também Kronbauer; Meneghel (2005).

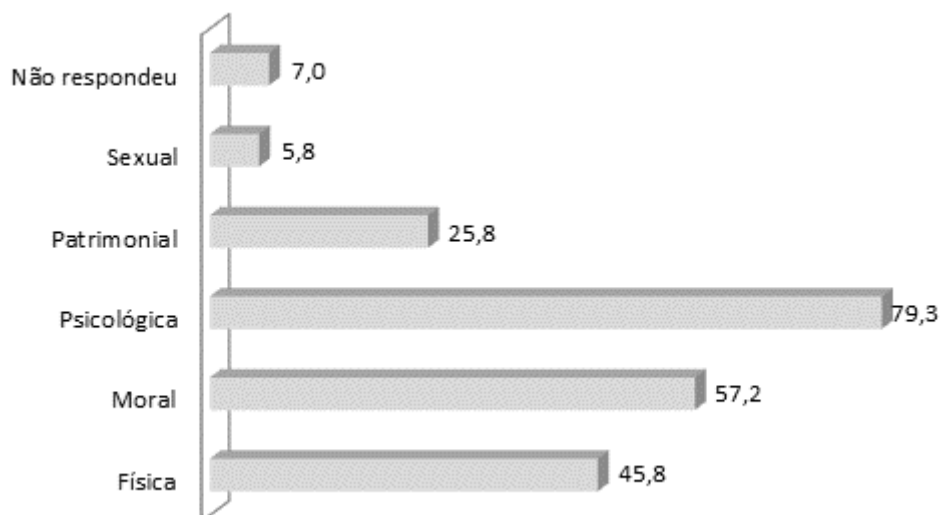
¹¹ Embora não haja consenso (nem tantas divergências) em torno da classificação dos tipos de violência, muitos estudos adotam a classificação presente na Lei Maria da Penha, que em seu artigo 7º lista as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, são elas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

¹² Entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria contra a mulher.

¹³ Considerada como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher.

¹⁴ Entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer as necessidades da mulher.

¹⁵ Sendo qualquer conduta que constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, sua sexualidade, que impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher.



Fonte: Banco de dados do CIM.
 (*) Dados de junho de 2014 a setembro de 2015

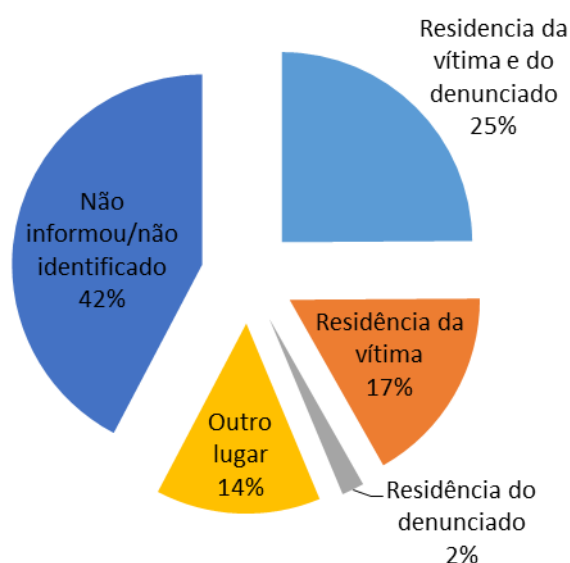
É interessante observar que a maioria das denúncias registradas pelo Disque 180, em seu balanço de 10 anos de funcionamento (SPE/PR, 2015), são de violência física (56,7%), seguida por violência psicológica (27,1%), moral (10,1%) e sexual (2,3%). Essa diferença em relação ao tipo de violência relatado/denunciado nas diferentes instituições aparece em várias pesquisas (GALVÃO; ANDRADE, 2004; GARCIA et. al., 2008). Em geral, nos serviços de saúde, os casos de agressão física são mais frequentes, em decorrência das lesões causadas pela violência que necessitam de intervenção médica. Equipamentos públicos como o CIM, além de oferecerem serviços de apoio variados, incluindo o psicológico, aparentemente, criam um ambiente mais acolhedor para as mulheres, permitindo que elas possam falar mais abertamente sobre a violência que sofrem e, assim, sobressaem os casos de violência psicológica e moral.

A baixa incidência de violência sexual aparece em todas as pesquisas que buscam aferir a ocorrência de violência contra a mulher. Segundo Garcia et. al. (2008), o que acontece é uma grande subnotificação e sub-registro desses casos, pois, na maior parte das vezes, a violência sexual conjugal não chega a ser denunciada e suas vítimas não buscam atendimento médico (OSHIKATA et. al. apud GARCIA et. al., 2008).

Como as denúncias são, em boa parte, múltiplas fica difícil precisar um local específico em que elas ocorreram. Em 42% das denúncias não foi possível determinar

um local ou a denunciante não quis informar. Considerando os relatos que indicaram uma localidade determinada, 25% apontaram a residência em que a vítima vive com seu agressor; 17% a residência da vítima; 14% indicaram outros lugares (ruas, estabelecimentos públicos e privados, festas) e 2% apontaram a residência do denunciado (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Local em que ocorreu a violência, Uberlândia, 2014-15 (%)



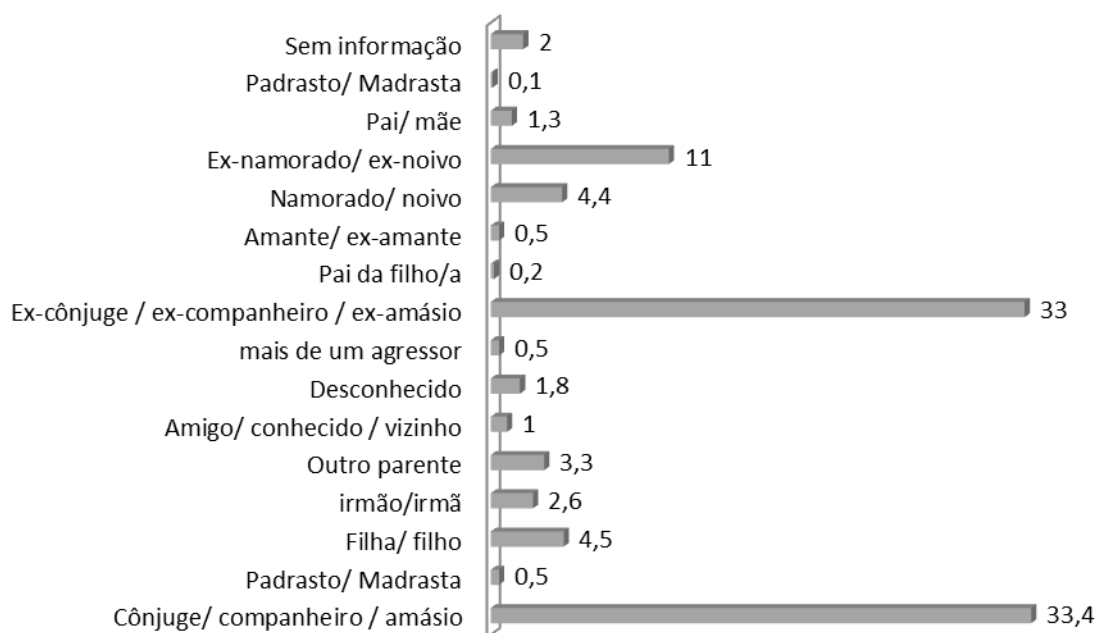
Fonte: Banco de dados do CIM.
(*) Dados de junho de 2014 a setembro de 2015

O Gráfico 15 traz informações sobre a relação de parentesco entre a vítima e seu agressor. De cada quatro denúncias, três estão relacionadas com a dinâmica dos relacionamentos amorosos. Assim, em 33,4% dos formulários, os cônjuges (e similares) foram os acusados pela violência sofrida. O mesmo percentual (33%), foi registrado para os ex-cônjuges (e similares) e 11% para ex-namorados ou ex-noivos. Aproximadamente 11% das vítimas denunciaram familiares, como: pais, irmãos, etc. Nota-se que a violência ocorre no círculo de convívio mais íntimo da vítima, pois em apenas 1,8% das ocorrências a denúncia foi dirigida a desconhecidos (a maioria estando relacionada à violência sexual)¹⁶. E ainda, na maior parte dos casos, 44%, os agressores

¹⁶ É preciso, todavia, mencionar que o dado está subestimado. Na verdade, essa informação nem deveria constar nos formulários do CIM, pois o centro deveria atender “apenas” aos casos de violência doméstica e familiar os quais estão previstos na Lei Maria da Penha.

são provenientes de relacionamentos passados, contrariamente ao que mostram outras pesquisas que apontam os atuais maridos ou companheiros como principais agressores¹⁷.

Gráfico 15 – Relação de parentesco da vítima com o autor da violência, Uberlândia, 2014-2015 (%)



Fonte: Banco de dados do CIM.
 (*) Dados de junho de 2014 a setembro de 2015

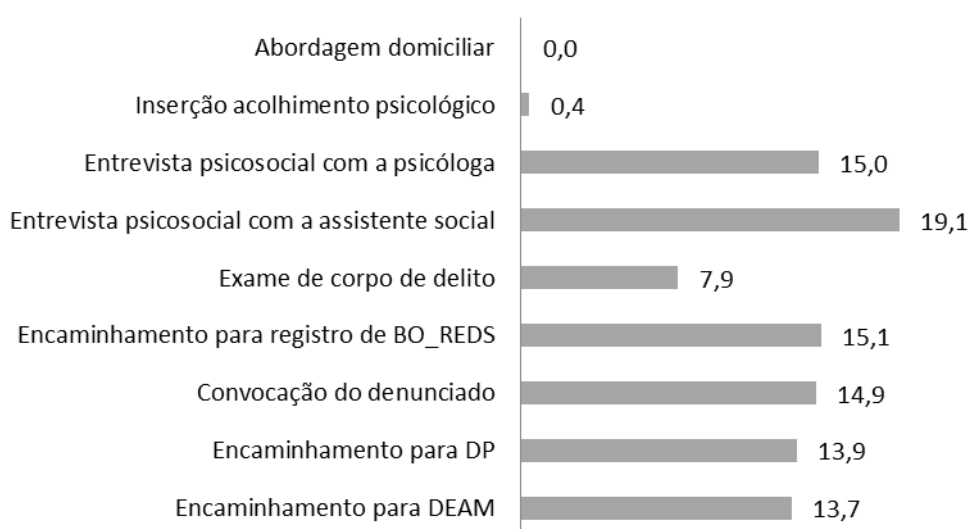
Os tipos mais comuns de violência praticados pelos cônjuges, ex-cônjuges (e similares) e parentes são: violência psicológica, moral e física. Já entre os desconhecidos, amigos ou vizinhos se notabiliza o crime sexual.

Os atendimentos no CIM geraram 2.774 encaminhamentos, em média 2,2 diferentes encaminhamentos por vítima acolhida. Do total de encaminhamentos, 19,1% corresponderam ao atendimento com a profissional de assistência social; 15,1% foram os encaminhamentos para fazer o boletim de ocorrências (BO); 15% para entrevistas com a psicóloga; em 14,9% dos encaminhamentos convocou-se o denunciado para comparecimento junto ao CIM; em 13,9% a vítima foi encaminhada para a Defensoria

¹⁷ Na pesquisa realizada por Galvão; Andrade (2004) quase 75% dos agressores eram os maridos ou companheiros da vítima. Em Deslandes; Gomes; Silva (2000) o mesmo percentual foi de 56,9%.

Pública (DP); em 13,7% para a Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM) e 7,9% para a realização de exame de corpo de delito (Gráfico 15).

Gráfico 16 – Encaminhamentos dos atendimentos realizados no CIM, Uberlândia, 2014-2015 (%)



Fonte: Banco de dados do CIM.
(*) Dados de junho de 2014 a setembro de 2015

Considerando o número médio de vítimas atendidas diariamente (3,9) e o número médio de encaminhamentos (2,2), pode-se dizer que o CIM atende 78,5 novos casos por mês e realiza, por dia, 8,6 encaminhamentos (ou 78,5 por mês)¹⁸, sendo 76,9% desses encaminhamentos realizados nas dependências do próprio centro, ou seja, no Núcleo de Apoio à Mulher, na DP ou na DEAM, pois os três funcionam no mesmo espaço físico). E ainda, do total de atendimentos, 36,3% redundaram na instauração de inquérito policial.

Em geral o CIM é a porta de entrada para o sistema público de apoio à vítima de violência. Poucas relataram atendimento em outros equipamentos públicos: 1,2% receberam atendimento de saúde¹⁹ (UAI, Programa de Saúde da Família, UAPS); 0,5%

¹⁸ Segundo matéria de jornal da época em que foi criado, o CIM foi projetado para realizar 50 atendimentos por mês, ou seja, já teria ultrapassado o limite mensal de atendimentos. Ver em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/centro-integrado-da-mulher-vai-atender-vitimas-de-violencia/>.

¹⁹ Nos equipamentos de saúde, o atendimento é efetuado nas ocorrências que exigem intervenção médica imediata e não costumam resultar em outros encaminhamentos que não sejam médicos - nem mesmo os psicológicos (DESLANDES, 1999).

de assistente social (CRAS, Conselho Tutelar e outros); 1,7% no Juizado Especial; e 1,3% no Escritório de Assessoria Jurídica Popular (ESAJUP) da Universidade Federal de Uberlândia.

4. Indicadores de Violência Doméstica em Uberlândia: dados dos homicídios

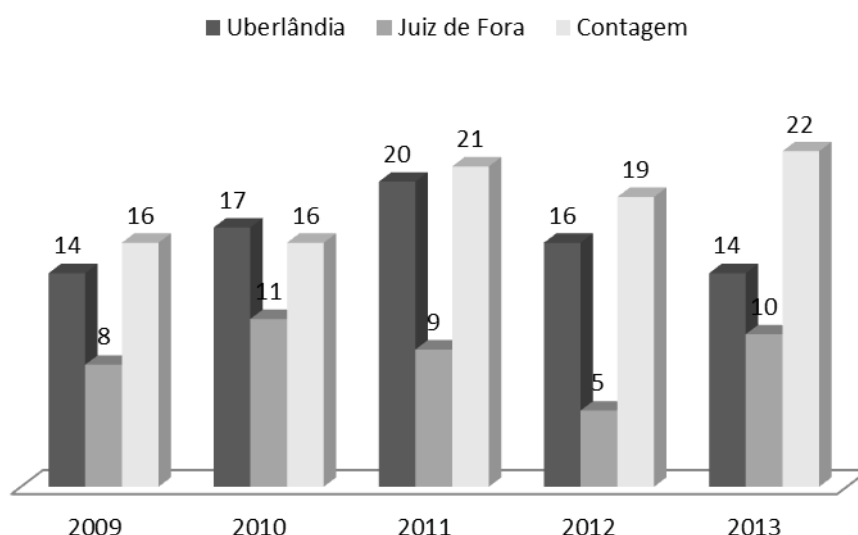
4.1. Homicídios de mulheres

Os números sobre os homicídios de mulheres foram retirados do “Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil” (WAISENLFISZ, 2015), o qual utiliza informações extraídas do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde²⁰. Para os municípios, a publicação disponibiliza o número de homicídios para o período 2009-2013.

O Gráfico 16 mostra o número de homicídios de mulheres em Uberlândia e em dois outros municípios do mesmo porte em Minas Gerais, quais sejam: Juiz de Fora e Contagem. Observa-se que Contagem em Uberlândia apresentam números próximos e crescimento de ocorrências até 2011. As duas cidades experimentam redução dos homicídios de mulheres em 2012, Uberlândia mantém a queda em 2013, já Contagem apresenta novo crescimento no mesmo ano. Em Juiz de Fora o quantitativo de homicídios é o menor entre os três municípios, exibindo movimento semelhante ao de Contagem, cai em 2011 e 2012, voltando a subir em 2013.

Gráfico 17 – Número de homicídios de mulheres, Uberlândia, Juiz de Fora e Contagem, 2009-2013*

²⁰ Foram selecionados os óbitos femininos causados por “agressões intencionais” (no CID-10 as categorias selecionadas foram: X85 e Y09), caracterizados pela presença de agressão intencional de terceiros e que provocaram a morte da vítima (WAISENLFISZ, 2015).



Fonte: Waisenfisz (2015).

Ampliando a análise para incorporar outros municípios brasileiros com população entre 500 mil e 700 mil habitantes, percebe-se que Uberlândia está entre aqueles que exibem os números mais elevados de homicídios femininos (Tabela 10).

Tabela 10 – Número de homicídios de mulheres, municípios selecionados, e número médio de homicídios nos municípios com população entre 500 mil e 600 mil habitantes, 2009-2013

	2009	2010	2011	2012	2013
Contagem	16	16	21	19	22
Jaboatão dos Guararapes	31	13	25	16	21
Juiz de Fora	8	11	9	5	10
Osasco	16	15	9	8	8
Ribeirão Preto	5	9	7	6	7
Santo André	8	9	3	5	6
São José dos Campos	9	6	3	7	6
Uberlândia	14	17	20	16	14
Número médio de homicídios	13,4	12,0	12,1	10,3	11,8

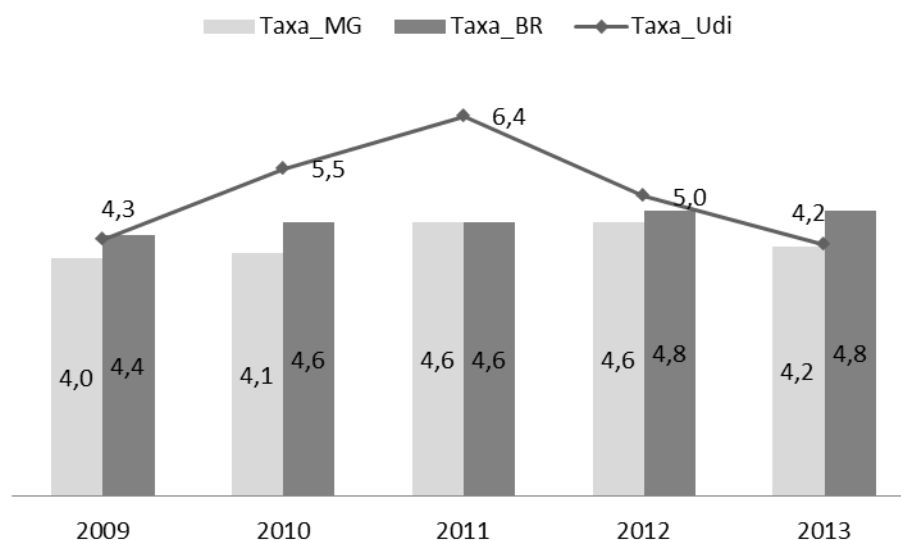
Fonte: Waisenfisz (2015).

O Gráfico 18 mostra a taxa de homicídio de mulheres em Uberlândia, Minas Gerais e Brasil, em seu cálculo foram utilizadas informações populacionais extraídas do Censo Demográfico de 2010 e de projeções intercensitárias, todas produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota-se que a taxa em Uberlândia apresentou variação nos cinco anos analisados. Em 2009 era superior à taxa estadual -

4,3% contra 4% de Minas Gerais -, e inferior à taxa nacional (4,4%). Nos anos de 2010, 2011 e 2012 passou a exibir taxas superiores tanto ao estado de Minas Gerais quanto ao país como um todo. Em 2011, a taxa de homicídio de mulheres alcançou 6,4% (com o pico de 20 mortes femininas associadas a causas externas). Em 2013, voltou a cair, equiparando-se ao estado de Minas Gerais – 4,2%, isto é, acima de quatro homicídios por cem mil mulheres. Cabe mencionar que a taxa de 4,8% ostentada pelo Brasil é considerada elevada, colocando o País na quinta posição entre 83 países com dados fornecidos pela Organização Mundial da Saúde²¹.

Os dados de homicídios femininos mostram que a violência de gênero em Uberlândia não pode ser negligenciada, pois nos cinco anos que separam 2009 e 2013 foram mortas 81 mulheres no município. É preciso compreender quais são as especificidades locais, quais são as circunstâncias dos crimes perpetrados contra a mulher e adequar a rede de atendimento a esta realidade.

Gráfico 18– Taxa de homicídio de mulheres, Uberlândia, Minas Gerais e Brasil, 2009-2013 (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Waisenfisz (2015) e do IBGE (Censo Demográfico de 2010 e projeções intercensitárias).

²¹Ver ranking em Waisenfisz (2015, pág. 28).

Referências Bibliográficas

DESLANDES, F. S.; GOMES, R.; SILVA, C. M. F. P. “Caracterização dos casos de violência doméstica contra a mulher atendidos em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro”. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, vol. 16, n.º 1, jan-mar. 2000.

DESLANDES, F. S. “O atendimento às vítimas de violência na emergência: prevenção numa hora dessas?” *Ciência e Saúde Coletiva*. Volume 4, n.º 1, 1999.

GALVÃO, E. F.; ANDRADE, S. M. “Violência contra a mulher: análise de casos atendidos em serviço de atenção à mulher em município do Sul do Brasil”. *Saúde e Sociedade*. Vol. 13, n.º 2, 2004.

GARCIA, M. V. et. al. “Caracterização dos casos de violência contra a mulher atendidos em três serviços na cidade de Uberlândia, Minas Gerais e Brasil”. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 24 (11), 2008.

IBGE. *Pesquisa de Informações básicas municipais: perfil dos municípios brasileiros 2014*. Rio de Janeiro, IBGE, 2015.

IBGE. *Pesquisa de Informações básicas municipais: perfil dos municípios brasileiros 2013*. Rio de Janeiro, IBGE, 2014.

KRONBAUER, J. F. D; MENEGHEL, S. N. “Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro”. *Revista de Saúde Pública*. Volume 39, n.º 5, 2005.

OBSERVE. *Condições para aplicação da Lei n.º 11.340/06 (Lei Maria da Penha) nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) e nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar nas capitais e no DF*. Salvador, Observatório pela Aplicação da Lei Maria da Penha, 2010.

REM. *Diagnóstico regional: indicadores de violência doméstica baseada em gênero no Mercosul*. REM/AECID, 2011.

SPM/PR. *Ligue 180: uma década de conquistas*. Brasília, Secretária de Políticas para as Mulheres, 2015.

SPM/PR. *RASEAM 2013: Relatório anual socioeconômico da mulher*. Brasília, Secretária de Políticas para as Mulheres, 2013.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2012: homicídios de mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro, Cebela: Flacso, 2012.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro, Cebela: Flacso, 2015.

Anexo 1

Período: de janeiro de 2015 a setembro de 2015

Tabela 1 - Pessoas em situação de violência atendidas no CIM por sexo, Uberlândia, 2015 (%)

	Frequência	%
Feminino	649	99,4
Masculino	2	0,3
Sem informação	2	0,3
Total	653	100

Fonte: Banco de dados do CIM.

Tabela 2 - Pessoas em situação de violência atendidas no CIM por faixa etária, Uberlândia, 2015 (%)

	Frequência	%
0 a 15 anos	2	0,3
16 a 24 anos	144	22,1
25 a 39 anos	295	45,2
40 a 55 anos	160	24,5
56 anos e mais	48	7,4
Não declarada	4	0,6
Total	653	100,0

Fonte: Banco de dados do CIM.

Tabela 3 - Vítimas por raça/cor declarada, Uberlândia, 2015 (%)

	Frequência	%
Branca	290	44,4
Parda	247	37,8
Negra	106	16,2
Amarela	6	0,9
Indígena	1	0,2
Outra	1	0,2
Sem informação	2	0,3
Total	653	100

Fonte: Banco de dados do CIM.

Tabela 4 - Pessoas em situação de violência por escolaridade, Uberlândia, 2015 (%)

	Frequência	%
--	-------------------	----------

Sem escolaridade	10	1,5
Ensino fundamental incompleto/completo	205	31,4
Ensino Médio incompleto/completo	275	42,1
Técnico/profissionalizante completo/incompleto	10	1,5
Ensino Superior completo/incompleto	140	21,4
Pós-Graduação completa/incompleta	6	0,9
Não identificado	1	0,2
Não informado	6	0,9
Total	653	100

Fonte: Banco de dados do CIM.

Tabela 5 - Pessoas em situação de violência por estado civil, Uberlândia, 2015 (%)

	Frequência	%
Casada/ união estável / amasiada	184	28,2
Solteira	342	52,4
Divorciada/separada	104	15,9
Viúva	17	2,6
Não respondeu	6	0,9
Total	653	100

Fonte: Banco de dados do CIM.

Tabela 6 - Pessoas em situação de violência atendidas no CIM por ocupação informada, Uberlândia, 2015 (%)

	Frequência	%
Professora	23	3,5
Manicure	8	1,2
cabelereira	11	1,7
auxiliar de serviços gerais	31	4,7
doméstica/ diarista/ babá	45	6,9
auxiliar administrativo	23	3,5
auxiliar de cozinha	12	1,8
auxiliar de produção	9	1,4
outras ocupações auxiliares	15	2,3
Costureira	7	1,1
atendente/ balconista/ caixa	50	7,7
operadora de telemarketing	22	3,4
Estagiária	2	0,3
Camareira	1	0,2
vendedora / comerciante	43	6,6
enfermeira / auxiliar de enfermagem	11	1,7
operador de máquinas / produção	10	1,5
analistas tributários/ sistemas / crédito	5	0,8
Arquiteta	1	0,2

Autônoma	6	0,9
Psicóloga	2	0,3
Secretária	6	0,9
Médica	1	0,2
empresário	9	1,4
Gerente	5	0,8
Açougueira	2	0,3
nutricionista	2	0,3
diretora de escola	1	0,2
Bancária	4	0,6
supervisora pedagógica	1	0,2
servidora pública	4	0,6
Advogada	1	0,2
Dentista	1	0,2
cozinheira/ salgadeira / doceira	7	1,1
cuidadora de idosos	6	0,9
Vigilante	1	0,2
Pedagoga	1	0,2
cobradora de ônibus	5	0,8
administradora	1	0,2
corretora de imóveis e ocupações correlatas	1	0,2
Copeira	2	0,3
jornalista/ publicitária/ redatora	3	0,5
outras ocupações	63	9,6
não trabalha	178	27,3
Não respondeu	11	1,7
Total	653	100

Fonte: Banco de dados do CIM.

Tabela 7 - Tipos de violência registrados no CIM, Uberlândia, 2015 (%)

	Frequência	%
Psicológica	515	37,0
Moral	340	24,4
Física	302	21,7
Patrimonial	152	10,9
Não respondeu	47	3,4
Sexual	36	2,6
Total	1392	100,0

Fonte: Banco de dados do CIM.

Tabela 8 - Relação de parentesco da vítima com o autor da violência, Uberlândia, 2015 (%)

	Frequência	%
--	-------------------	----------

Cônjuge/ companheiro / amásio	197	30,2
Padrasto/ Madrasta	6	0,9
Filha/ filho	25	3,8
irmão/irmã	19	2,9
Outro parente	20	3,1
Amigo/ conhecido / vizinho	6	0,9
Desconhecido	12	1,8
Mais de um agressor	5	0,8
Ex-cônjuge / ex-companheiro / ex-amásio	242	37,1
Pai da filho/a	2	0,3
Amante/ ex-amante	3	0,5
Namorado/ noivo	20	3,1
Ex-namorado/ ex-noivo	83	12,7
Pai/ mãe	8	1,2
Padrasto/ Madrasta	1	0,2
Sem informação	4	0,6
Total	653	100

Fonte: Banco de dados do CIM.

Anexo 2

Tabela 1 – População feminina de Uberlândia por escolaridade, 2010

Escolaridade	Número	%
Sem instrução	1.719	1,0
Fundamental incompleto/completo	58.933	35,9
Médio incompleto/completo	65.238	39,8
Superior incompleto/completo	28.865	17,6
Pós-Graduação	9.325	5,7
Total	164.080	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Anexo 3

Tabela 1 – Bairro de residência das pessoas em situação de violência, Uberlândia, 2014-2015 (%)

Bairro	Frequência	%
Bom Jesus	7	0,55
Oswaldo	18	1,41
Carajás	5	0,39
Tabajaras	5	0,39
Aclimação	8	0,63
São José	1	0,08
Alto Umuarama	16	1,25
Alvorada	4	0,31
Custodio Pereira	22	1,72
Grand Ville	1	0,08
Granja Marileusa	1	0,08
Jd. Ipanema	24	1,88
Morada dos Pássaros	2	0,16
Brasil	33	2,58
Morumbi	39	3,05
Resid. Integração	31	2,43
Santa Monica	56	4,39
Segismundo Pereira	14	1,1
Tibery	29	2,27
Umuarama	7	0,55
Cazeca	2	0,16
Cidade Jardim	7	0,55
Gavea	3	0,23
Granada	15	1,17
Jd. Karaiba	2	0,16
Lagoinha	7	0,55
Laranjeiras	45	3,52
Morada da Colina	5	0,39
Nova Uberlandia	6	0,47
Centro	11	0,86
Pampulha	8	0,63
Patrimonio	12	0,94
Santa Luzia	15	1,17
São Jorge	72	5,64
Saraiva	21	1,64
Shopping Park	78	6,11
Tubalina	21	1,64
Vigilato Pereira	3	0,23
Distrito Industrial	1	0,08
Jardim Brasilia	37	2,9
Daniel Fonseca	3	0,23

Maravilha	15	1,17
Marta Helena	13	1,02
Minas Gerais	14	1,1
N. S. das Graças	31	2,43
Pacaembu	14	1,1
Roosevelt	36	2,82
Resid. Gramado	1	0,08
Santa Rosa	17	1,33
Chácaras Tubalina	29	2,27
Fundinho	5	0,39
Dona Zulmira	10	0,78
Guarani	11	0,86
Jaraguá	14	1,1
Canaã	38	2,98
Jd. das Palmeiras	33	2,58
Jd. Europa	20	1,57
Jd. Holanda	10	0,78
Jd. Patrícia	13	1,02
Luizote de Freitas	27	2,11
Mansour	17	1,33
Lídice	4	0,31
Panorama	18	1,41
Planalto	31	2,43
Taiaman	16	1,25
Tocantins	31	2,43
Martins	29	2,27
N. S. Aparecida	21	1,64
Não mora em Uberlândia	7	0,55
Zona Rural	11	0,86
Outros distritos	6	0,47
Desconhecido	38	2,98
Total	1.277	100

Fonte: Banco de dados do CIM.

(*) Dados de junho de 2014 a setembro de 2015